

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL nº 0000367-49.2018.8.10.0063
Sessão do dia de 9 de fevereiro de 2023. 1º Apelante / 2º Apelado :
Ministério Público do Estado do Maranhão Promotora de Justiça : Rita de
Cássia Pereira Souza 2º Apelante / 1º Apelada : Maria Cristina Costa Lima
Advogado : Péricles Antônio Araújo Pinheiro (OAB/MA nº 11.292) Origem : 1ª
Vara da comarca de Zé Doca, MA Incidência Penal : Art. 33, caput, da Lei
nº 11.343/2006 Relator : Desembargador Vicente de Castro Revisor :
Desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira Órgão Julgador : 2ª Câmara
Criminal APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PLEITO DE
CONDENAÇÃO PELO DELITO DE RECEPÇÃO SIMPLES. FRAGILIDADE PROBATÓRIA
QUANTO À CIÊNCIA DA PROCEDÊNCIA ILÍCITA DA COISA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA.
DOSIMETRIA DA PENA. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. FRAÇÃO REDUTORA.
PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICÁVEL. FUNDAMENTAÇÃO. QUANTIDADE E NATUREZA DAS
DROGAS APREENHIDAS E USO DA PRÓPRIA RESIDÊNCIA PARA A NARCOTRAFICÂNCIA.
MAJORANTE DO ART. 40, VI, DA LEI Nº 11.343/2006. ENVOLVIMENTO DE MENOR NÃO
CARACTERIZADO. APELOS DESPROVIDOS. I. Inexistindo provas seguras de que o
agente tinha conhecimento da procedência ilícita do bem adquirido, não se
configura, no caso, o tipo penal do art. 180, caput, do CP – delito de
recepção simples – o qual exige como elemento subjetivo o dolo direto,
devendo, pois, ser mantida a absolvição. II. Nos termos do § 4º do art. 33
da Lei nº 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão
a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente
primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades
criminosas ou integrarem organizações criminosas. III. A quantidade e a
natureza da droga, quando não valorados na imposição da pena-base,
constituem fundamento válido para justificar a modulação da minorante.
Considerando tal fator, bem como o fato de ter a acusada utilizado a
própria moradia para o exercício da narcotraficância, onde, aliás, foram
recolhidos apetrechos comumente usados para embalar entorpecentes, impõe a
manutenção da fração redutora no mínimo legal, já que referidos elementos
evidenciam a gravidade concreta do crime, a ensejar a necessidade de uma
redução menor do quantum da pena. IV. O objetivo da majorante prevista no
art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006 é recrudescer a punição para aqueles
que se valem de inimputáveis (ou de outros vulneráveis), com o fim de
viabilizar o comércio ilícito de entorpecentes ou que de alguma forma visa
atingir, com o comércio, tais pessoas, que não possuem suficiente
capacidade cognitiva para aferir as consequências maléficas do uso de
substâncias psicotrópicas. Assim, o simples fato da ré segurar uma criança
de colo, no momento da prisão flagrancial, não justifica, por si só, a
incidência da aludida causa de aumento de pena. V. Apelos desprovidos.
ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal nº
0000367-49.2018.8.10.0063, "unanimemente e de acordo com o parecer da
douta Procuradoria Geral de Justiça, modificado, parcialmente, em banca, a
Segunda Câmara Criminal negou provimento aos recursos interpostos, nos
termos do voto do Desembargador Relator". Votaram os Senhores
Desembargadores Vicente de Castro (Relator), José Luiz Oliveira de Almeida
e Francisco Ronaldo Maciel Oliveira. Funcionou pela Procuradoria Geral de
Justiça a Dra. Lígia Maria da Silva Cavalcanti. São Luís, Maranhão.
Desembargador Vicente de Castro Relator (ApCrim 0000367-49.2018.8.10.0063,
Rel. Desembargador (a) VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO, 2ª CÂMARA
CRIMINAL, DJe 31/03/2023)